



Ministério da Saúde  
Secretaria Executiva  
Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS

DESPACHO

DEMAS/SE/MS

Brasília, 14 de maio de 2021.

Ao Gabinete da Secretaria-Executiva (GAB-SE/SE/MS)

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1076/2020.**

Trata-se do Despacho SE/GAB/SE/MS ([0020564277](#)), que – em referência ao Requerimento de Informação nº 386/2021 ([0020453271](#)), encaminhado por meio do Ofício nº 589/2021-CPIPANDEMIA ([0020453238](#)) do Senado Federal – solicita análise e manifestação deste Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS (DEMAS/SE) sobre a oferta de ações e serviços de saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia de Covid-19.

Considerando a atribuição regimental deste Departamento de “articular e integrar as ações de monitoramento e avaliação, de gestão da informação estratégica e de soluções digitais executadas pelos órgãos do Ministério da Saúde, pelas entidades a ele vinculadas e pelos entes federativos”, expressa no [Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019](#), este DEMAS entende caber posicionamento no que diz respeito aos itens nº 2 e nº 5 do Requerimento de Informação em epígrafe.

Dessa forma, acerca das ações de monitoramento e avaliação da Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher, publicada em 2004 pelo Ministério da Saúde e consolidada na Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, o Departamento informa que a definição, periodicidade e qualidade dos indicadores que a monitoram e a avaliam são de responsabilidade da Coordenação de Saúde das Mulheres, da Coordenação-Geral de Ciclos da Vida, do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS).

Por oportuno, destaca-se que dados e indicadores de programas e ações vinculados a esta política pública de saúde são acompanhados por meio do Módulo de Gestão de Dados e Indicadores (MGDI), ferramenta institucional do Ministério da Saúde, sob gestão do DEMAS, que tem o intuito de promover a sistematização, a gestão e o uso de dados e indicadores para a saúde pública. De acordo com a [Portaria nº 1.839, de 27 de julho de 2020](#), pretende-se que o MGDI seja a fonte principal de consulta nas ações que utilizem indicadores de saúde, com o objetivo de promover a sistematização das informações, inclusive para fins de monitoramento e avaliação de políticas públicas de saúde. Consoante a este normativo, cabe às Secretarias e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde a formulação de novos indicadores para a saúde, inserção e atualização de seu conteúdo.

Na versão atual do MGDI, ainda em desenvolvimento foram inseridos pela Coordenação de Saúde das Mulheres, com recorte raça/cor, indicadores relacionados à prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, infecciosas e parasitárias; notificação de violência doméstica, sexual e outros tipos; mortalidade materna e por causas externas e taxa de gravidez na adolescência.

Reitera-se que a formulação, inserção e qualificação dos dados dos indicadores das políticas de saúde monitoradas por esta Pasta são definidas pelas áreas técnicas finalísticas, de modo que a

responsabilidade deste Departamento se concentra em realizar a gestão de indicadores vinculados às políticas públicas de saúde e o aperfeiçoamento da formulação e cadastramento destes.

Atenciosamente,

ANGELO DENICOLI  
Diretor do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS



Documento assinado eletronicamente por **Angelo Martins Denicoli, Diretor(a) do Departamento de Monitoramento e Avaliação do SUS**, em 18/05/2021, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.saude.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0020579130** e o código CRC **830FE02B**.

Referência: Processo nº 25000.069670/2021-12

SEI nº 0020579130

Criado por [angelo.denicoli](#), versão 3 por [angelo.denicoli](#) em 17/05/2021 19:59:06.